



JOURNAL Moçambique

Director: **JOÃO MANASSES** • Nº 162 • Quarta-Feira, 14 de Setembro de 2016 • www.portaldogoverno.gov.mz • DISTRIBUIÇÃO GRATUITA



MOÇAMBIQUE DEVE DEIXAR DE SER MAPA DA FOME E POBREZA

Orientação do PR no Primeiro Fórum Internacional dos
Empresários dos Sectores Agrário e Pesqueiro

Pág. 2



**Estado reestrutura seu
sector empresarial**

Pág. 4



**PES-2016 cumprido em 46
por cento em Maputo**

Pág. 5



**Moçambique e Timor-Leste
cooperam na ciência e tecnologia**

Pág. 7

1º Fórum Internacional dos Empresários dos Sectores Agrário e Pesqueiro

MOÇAMBIQUE DEVE DEIXAR DE SER MAPA DA FOME E POBREZA



Agricultura é definida, na Constituição da República de Moçambique, como base para o desenvolvimento do país. Uma base que hoje está apenas ser explorada em 15 por cento em termos da área arável para a prática desta actividade.

Se, por um lado, grande parte dos que cultivam a terra, dos que criam animais e peixe no território nacional o fazem para a subsistência, por outro, há um interesse em transformar a agricultura para um sistema mecanizado, virado para a produção de alimentos em grande escala para os mercados moçambicanos e além-fronteiras, ou seja, para o agronegócio.

Este foi um dos motivos que levou o Presidente da República, Filipe Jacinto Nyusi, o Primeiro-Ministro, Carlos Agostinho do Rosário, membros do Conse-

lho de Ministros, governadores provinciais e quadros de vários escalões a reunir-se com cerca de 300 empresários nacionais e estrangeiros, no distrito de Gondola, província de Manica, no primeiro Fórum Internacional dos Empresários dos Sectores Agrário e pesqueiro para encontrar formas de tirar a população da fome e impulsionar a economia.

O Presidente da República, Filipe Nyusi, que orientou o primeiro fórum de agronegócio, deixou claro desde o primeiro dia de actividades que se pretendia que reunião fosse um espaço de oportunidades para empresários das áreas de agricultura e pescas, desde a produção, processamento, mercado e consumo.

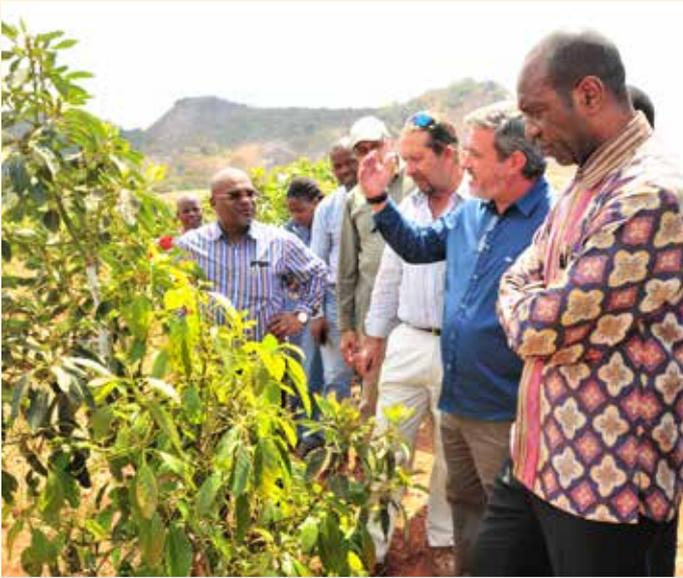
"Estamos a falar de actividade através da qual muitos moçambicanos produzem alimentos para o seu sustento e geram

renda para suportar as despesas de alimentação, saúde, educação, obtenção de água, vestuário, habitação, energia, entre outras necessidades básicas, logo, a melhoria substancial do bem-estar das famílias, em particular as das zonas rurais", definiu o Presidente Nyusi, tendo deixado claro que cada canto de Moçambique tem tudo para não fazer ajoelhar o país, de fome e outras carências.

Filipe Nyusi explicou, durante a sua intervenção, as razões da realização de fórum daquela natureza, principalmente o facto de permitir que os actores-chaves no desenvolvimento agro-pecuário e pesqueiro pudessem convergir e fazer colidir ideias, visões e experiências, de modo a dar um salto qualitativo na implementação da visão de emancipação económica.

Ademais, o Presidente da República reconhece o facto, sen-

do, por isso, que está a busca de soluções da situação de Moçambique ser, ainda, deficitário no que diz respeito aos principais produtos alimentares. "Estamos a dizer, por outras palavras, que queremos que o nosso país deixe de fazer parte do mapa da fome e da pobreza. Tudo tem que ser feito para que saíamos da vergonha de termos um país que tudo pode dar, mas que nós, os humanos, não propiciamos. Não retiramos dele aquilo que a mãe-natureza propositadamente veio localizar no nosso país", sublinhou Nyusi, reiterando que a agricultura, pecuária, florestas, pescas, piscicultura e aquacultura devem liderar o processo económico de transformação estrutural a que se propõe emprender.



CTA aponta medidas a serem tomadas para dinamizar a agricultura

O Presidente da Confederação das Associações Económicas de Moçambique (CTA), Rogério Manuel, enalteceu o papel do primeiro fórum empresarial, justificando que o mesmo permite aproximação entre empresários de vários níveis, assegurando a

criação de riqueza nacional. Na sua intervenção em nome dos empresários, Rogério Manuel apontou uma série de medidas que, enquanto sector privado, ainda constituem porta para a dinamização da economia, desde o acesso ao financiamento e a serviços fi-

nanceiros, simplificação de mecanismos de acesso à terra para a produção a custos associados ao processo de obtenção de Direito de Uso e Aproveitamento da Terra (DUAT), sobretudo no que diz respeito ao tempo e passos necessários e a provisão de serviços públicos

de apoio e de promoção do desenvolvimento do sector agrário, tais como extensão agrária, controlo de pragas e doenças, comercialização e informação sobre mercados agrícolas.

CINTURA QUER INAE ACTUANTE, RESPONSÁVEL E IMPARCIAL



A governadora da cidade de Maputo, Iolanda Cintura, defende que a Inspeção Nacional das Actividades Económicas deve ser actuante, idónea, responsável e imparcial, de modo a que os serviços prestados correspondam aos anseios e expectativas da população. A dirigente falava esta terça-feira, na ce-

rimónia de empossamento da delegada da INAE a nível da capital do país, Lília Navai, onde destacou que a população está cada vez mais atenta e exigente, mas também é preciso colocar ordem nos prestadores de serviços económicos, de modo a satisfazer o interesse público. Iolanda Cintura afirmou que a INAE na cidade de Maputo é um suporte indispensá-

vel no processo da governação, pelo que se espera e exige um trabalho sério do sector.

A governadora da capital do país desafiou a nova inspectora das Actividades Económicas na cidade de Maputo a ter força e coragem para operar mudanças e impor uma nova dinâmica no sector, privilegiando o trabalho de campo, "onde reside o verdadeiro gabinete".

"Aprimorar os processos de planificação das acções do sector, tornar o sector atractivo ao público, ou seja, servir com qualidade e cordialidade o público, que é o patrão, e promover a cultura de trabalho são ingredientes que a levarão ao sucesso", frisou a governante.

Falando à imprensa, Lília Navai apontou, como principais desafios do sector, a nível da cidade de Maputo, colocar as brigadas de inspecção no terreno todos os dias para travar a especulação de preços que se vem assistindo na cidade.

Destacou a importância de a população ter acesso à INAE, de modo a fazer chegar as suas preocupações atempadamente e sem dificuldades, para tornar dinâmicos e cabais o trabalho e a colaboração

ESTADO REESTRUTURA SEU SECTOR EMPRESARIAL



O Estado moçambicano está a trabalhar na reestruturação do seu sector empresarial, de modo a torná-lo viável, sobretudo no contexto de crise financeira que abala o país, em geral, e muitas empresas, em particular.

O Ministro da Economia e Finanças, Adriano Maleiane, explicou, há dias, que o sector empresarial do Estado é composto por 13 empresas públicas, 109 participadas, sendo que das empresas participadas pelo Estado, 45 são potencialmente viáveis e 64 estão em processo de alienação, liquidação e dissolução.

Sobre a reestruturação do sector empresarial do Estado em curso, Adriano Maleiane referiu que estão em análise 20 empresas consideradas estratégicas e viáveis, com o objectivo de proceder à reestruturação financeira das

mesmas e identificar parceiros que viabilizem os negócios.

"Foram diagnosticadas e adoptadas medidas de reestruturação de seis empresas, nomeadamente TDM, Mcel, STEMA, Linhas Aéreas de Moçambique, Aeroportos de Moçambique e Correios de Moçambique", apontou Maleiane. Espera-se que até Dezembro de 2016 sejam alienadas, dissolvidas ou liquidadas 20 empresas, número que deverá atingir 40 empresas em 2017.

"Pretendemos que o saneamento da carteira de participações sociais do Estado se traduza na sua racionalização, transformando-a numa carteira robusta e de qualidade, capaz de competir com as demais empresas no mercado, quer em termos de rendimento e qualidade, como em termos de uma governação corporativa virada para a transparência, eficiência e

equidade, assente na melhoria dos modelos de gestão", afirmou o Ministro da Economia e Finanças.

Paralelamente, está em curso a elaboração da Lei do Sector Empresarial do Estado que, entre outras inovações, pretende-se que seja um quadro jurídico que aprimore os princípios de modernidade e profissionalismo nas empresas públicas e participadas pelo Estado, de modo que sejam competitivas e adquiram posicionamento de destaque no mercado empresarial nacional e internacional.

Dados do Instituto de Gestão das Participações do Estado (IGEPE) indicam que o sector empresarial do Estado arrecadou, em 2015, 688 milhões de meticais em receitas, dos quais 499 milhões meticais de dividendos e 88 milhões meticais de alienação de participações. Já no primeiro semestre de 2016, o Estado arrecadou

receitas no valor de 286 milhões de meticais, dos quais, 277 milhões de meticais de dividendos e oito milhões de meticais de alienação de participações do Estado no âmbito do saneamento da carteira, esperando-se que se atinja, até ao fim do ano em curso, 371 milhões de meticais.

Estas informações foram avançadas, há dias, na abertura do 21º Conselho Consultivo do IGEPE, cuja direcção coube ao Ministro da Economia e Finanças.

No evento, que decorreu sob o lema "Reestruturar para Enfrentar os Desafios do Desenvolvimento do País" foram debatidos diversos temas, com destaque para o balanço de actividades do IGEPE, o papel do sector empresarial do Estado no contexto da actual crise financeira e reflexão sobre o Código Comercial.



PES-2016 CUMPRIDO EM 46 POR CENTO EM MAPUTO



A província de Maputo alcançou uma produção global de 82,8 mil milhões de meticals no primeiro semestre do ano em curso, o que significa um cumprimento na ordem de 46 por cento do Plano Económico e Social referente a 2016. A produção representa um decréscimo na ordem de 4,9 por cento em relação a de igual período do ano passado, de acordo balanço feito, há dias, pelo Governo local durante a 4ª sessão ordinária da Assembleia Provincial de Maputo, que decorreu de 05 a 09 de Setembro em curso. O decréscimo, segundo o governador de Maputo, Raimundo Diomba, foi influenciado pela actual conjuntura económica do país e pela seca que abala esta parcela do país, e não só. Por exemplo, o sector da

agricultura decresceu em 31 por cento, ao sair de 21 milhões de toneladas, no primeiro semestre de 2015, para 14,3 milhões em igual período de 2016. A indústria extractiva, com destaque para inertes passou de 544.443 toneladas para 329.137 este ano, o que corresponde a uma queda de 39,5 por cento. Outro sector que regista queda é o das pescas, em 10,2 por cento. Em termos de registo positivo, destaque vai para a construção civil, que aumentou 277 por cento, comércios a retalho e a grosso 20,8 por cento e electricidade, combustíveis e gás com 19,5 por cento. Em termos de receitas cobradas, Diomba referiu que a província ficou nos 10,3 mil milhões de meticals, sendo 10,2 mil milhões de nível central e 92,9 milhões de âmbito provincial, o que cor-

responde a uma realização de 35,87 por cento do plano anual e um crescimento na ordem de 7,25 por cento em relação a igual período do ano passado. O desempenho na cobrança de receitas, segundo o governante, deve-se à realização de operações conjuntas nos postos fronteiriços para reduzir a evasão fiscal, reconciliação dos stocks aduaneiros e fiscais, auditorias e aumento da fiscalização tributária, bem como a intensificação na cobrança do Imposto Sobre o Valor Acrescentado (IVA) líquido pelas empresas nos serviços prestados ao Estado e a intensificação das campanhas de verificação da emissão obrigatória das facturas. Porém, segundo o responsável, a redução do volume de importações devido à desvalorização do metical, a perda de contrato de alguns

contribuintes domiciliados na área fiscal da Matola e que tinham relação com alguns mega-projectos de Nacala, Tete e a redução dos níveis de facturação de algumas empresas é um constrangimento a destacar. Durante a apreciação, a Frelimo votou a favo, enquanto a Renamo e o MDM manifestaram-se contra por, alegadamente, não terem fiscalizado as acções do governo provincial durante o primeiro semestre devido à falta de fundos para as comissões de trabalho. O presidente da Assembleia Provincial da Matola, João Matola, considerou falacioso este argumento, uma vez que houve trabalho das comissões, embora não no nível desejado devido à conjuntura económica do país.

PES-2017 CRESCE 5.8 POR CENTO

Na mesma sessão, a Assembleia Provincial de Maputo aprovou o Plano Económico e Social referente a 2017 e o respectivo orçamento, cuja meta é alcançar um crescimento na ordem de 5.8 por cento. O plano foi aprovado com votos a favor das bancadas da Frelimo e do MDM, enquanto a Renamo votou contra. O documento projecta uma produção global na ordem de 199.634.755,95 mil meticais, devendo ser influenciada pelo sector da administração pública, com 25,6 por cento, comércio a retalho e a grosso, com 24 por cento, alojamento e restauração na casa de 18,4 por cento.

O sector da agricultura, que normalmente é definido como o motor do crescimento e desenvolvimento económico do país, deverá crescer 9,4 por cento, com incremento na produção de milho, arroz, mandioca, batata-doce, batata-reno, tomate, entre outras culturas.

A indústria extractiva vai evoluir em 13 por cento e a construção civil em 14.

O plano define como principais objectivos a melhoria da oferta e a qualidade dos serviços públicos de educação, saúde, água e saneamento, energia, protecção social, administração pública, justiça e formação profissional, priorizando as áreas com mais necessidades.

Na educação, está previsto um crescimento da rede escolar em 3,1 por cento, com destaque para o ensino secundário do 2.º



grau, que deverá crescer 16,7 por cento, passando de 18 escolas, em 2016, para 21, em 2017. O número de alunos deverá aumentar em 6,2 por cento, passando de 448.853, em 2016, para 476.897 em 2017.

Na área da saúde, prevê-se uma evolução em 6,4 por cento no que concerne aos partos institucionais, passando dos actuais 47 por cento (36.129) de cobertura para 50 por cento (41.818) em 2017. Na acção social, prevê-se assistir 1315 pessoas, sendo 700 crianças e 615 adultos, registando um crescimento acima de 100 por cento em relação ao plano de 2016 (465).

O ramo das pescas projecta um crescimento de 5,9 por cento, influenciado pelo aumento previsto da captura do pescado em 5,2 por cento na pesca artesanal que é responsável por 93 por cento do volume do

pescado capturado.

A electricidade, combustível e gás perspectivam um crescimento de 3,6 por cento na sequência da expansão da rede eléctrica, que irá ligar 13.211 novos consumidores à rede nacional, totalizando 292.039 consumidores em toda a província, além da abertura de quatro bombas de combustível.

Em termos de electrificação, serão abrangidos os distritos de Matutuine (Mungazine e Hindane), Manhiça (Ilha Josina Machel e Calanga), Magude (Macupulane) e Maracueene (Nwamatibjana).

No que concerne ao abastecimento de água, destaque vai para a contínua drenagem de grandes volumes aos empreendimentos agrícolas.

PLANO DE ACTIVIDADES DA AP COM FOCO NA ACÇÃO DO GOVERNO



No decurso da 4ª sessão da Assembleia Provincial de Maputo foi aprovada, por unanimidade, a proposta do plano de actividades e orçamento do

órgão, para 2017, documento que prioriza a acção governativa para garantir o bem-estar social.

O documento destaca a im-

portância da articulação com os outros órgãos a nível local, os cidadãos e as comunidades locais, capacitação dos membros do órgão e promoção de

investimentos no quadro do desenvolvimento institucional administrativo, tendo em vista melhorar as condições de trabalho e o desempenho dos membros e técnicos.

Aliás, a Assembleia Provincial de Maputo prevê passar a funcionar, nos próximos meses, em instalações próprias, cujas obras estão na fase conclusiva. Em termos orçamentais, a Assembleia Provincial de Maputo propõe-se a funcionar com um montante global de 253,1 milhões de meticais, dos quais, 42,4 milhões de meticais destinados às despesas correntes e 210.531,48 mil meticais ao investimento.



MOÇAMBIQUE E TIMOR-LESTE COOPERAM NA CIÊNCIA E TECNOLOGIA



Moçambique e a República do Timor-Leste vão passar a cooperar na área de formação técnico-profissional, ciência, tecnologia e investigação ao abrigo de um acordo assinado esta segunda-feira, na cidade de Maputo. O objectivo do acordo é potenciar seis áreas essenciais no domínio da formação de estudantes, troca de especialistas na área de gestão do ensino superior e técnico-profissional, Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC), inves-

tigação científica e inovação, bem como indicadores de ciência e tecnologia. O acordo, assinado pelo Ministro da Ciência e Tecnologia, Ensino Superior e Técnico-Profissional (MCTESTP), Jorge Nhambiu, e pelo seu homólogo de Timor-Leste, enquadra-se no plano estratégico de cooperação multilateral no domínio da ciência tecnologia e ensino superior da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), aprovado em 2014, em Maputo. Segundo Jorge Nhambiu, o próximo passo é o estabe-

lecimento de uma comissão conjunta, prevista na cláusula terceira do dispositivo acima referido e a elaboração do plano de acção que materializa as potenciais áreas de cooperação.

O governante frisou que o plano estratégico de cooperação da CPLP, que se estende entre 2014 e 2020, identifica cinco eixos para o desenvolvimento, nomeadamente, o espaço do ensino superior na comunidade; mobilidade de estudantes, docentes, investigadores e cientistas qualificados nos países da organização; rede de

informação, avaliação e promoção da qualidade do ensino superior no espaço geográfico destes países; espaço da ciência e da tecnologia nos mesmos.

A quinta prioridade são programas comuns de investigação, inovação e formação avançada para a internacionalização da CPLP nos domínios do ensino superior, ciências e tecnologia. É dentro deste quadro que se pretende concentrar esforços e recursos nos próximos anos.



**PROPRIEDADE DE:
GABINETE DE INFORMAÇÃO**

Maputo, Av. Francisco Orlando Magumbwe,
Nº 780, 1º andar
email: jornalmocambique@gmail.com

FICHA TÉCNICA:

Registo Nº 1/GABINFO - DEC/2013

Periodicidade: Semanal

Director: João Manasses

Coordenador Editorial: Mendes José +258 84 34 54 000

Redacção: Brígida Herinques, Elisete Muiambo, Mavildo Pedro, Leonildo Balango

Revisão: Marcelino Mahanjane

Maquetização: Januário Magaia

ESCOLARIZAÇÃO DA MULHER É FUNDAMENTAL PARA ERRADICAR POBREZA

- Defende Primeira-dama, Isaura Nyusi



A esposa do Presidente da República, Isaura Nyusi, exorta a mulher moçambicana a continuar a usufruir das oportunidades que lhe são oferecidas pelo Governo e parceiros na área de alfabetização através da afluência aos centros de alfabetização e educação de adultos.

A Primeira-dama de Moçambique falava, semana passada, à margem de um encontro com mulheres da província de Inhambane, no âmbito da visita de trabalho que efectuou àquele ponto do país, tendo destacado que a escolarização da mulher é fundamental para a erradicação da pobreza. Por ocasião da Semana de Alfabetização, que teve lugar de

01 a 08 de Setembro corrente, Isaura Nyusi saudou os cidadãos que, directa ou indirectamente, têm-se dedicado à tarefa de libertar o povo moçambicano do analfabetismo, criando condições para a escolarização das crianças e para a alfabetização de jovens e adultos.

"O nosso país tem uma taxa de analfabetismo que se situa nos 44.9 por cento; esta taxa é elevada para os desafios de desenvolvimento do país, daí que a sua redução exige, de nós, um esforço redobrado na tarefa de sensibilizar e mobilizar as comunidades sobre a importância de serem alfabetizadas", explicou Isaura Nyusi.

A responsável defendeu que os casamentos prematuros são uma das causas do insucesso

escolar da rapariga e, consequentemente, a principal causa da pobreza e do sofrimento das crianças e mulheres.

Segundo ela, apostando no reforço das capacidades e habilidades individuais, se estará em melhores condições de educar as meninas sobre a saúde sexual reprodutiva, planeamento familiar e gravidez precoce.

"Sabemos que quando investimos em mulheres e raparigas, estamos não só a ajudá-las mas também a ajudar o país inteiro a crescer sobre todos os pontos de vista, pois, educar uma mulher é educar uma nação", afirmou a Primeira-dama.

Num outro desenvolvimento, Isaura Nyusi disse que gostaria de despertar a atenção para a necessidade e urgência de

toda a mulher organizar-se e capacitar-se para realizar acções visíveis, e porque não, de vulto, na área de produção e negócio.

Antes de orientar o encontro com as mulheres de vários estratos sociais, na esposa do Presidente da República dirigiu o lançamento da 3ª edição da Liga Nacional do Futebol Feminino, tendo destacado que o campeonato, que reúne equipas das províncias, deve ser norteado pelo espírito de unidade nacional, paz e solidariedade e rigor.

"Apelamos ao 'fair player' (Jogo Limpo) das nove equipas envolvidas neste campeonato, tal como foi da edição passada, de modo que a prova sirva de veículo de mensagens de empoderamento da mulher, saúde



sexual e reprodutiva, combate aos casamentos prematuros e gravidezes precoces", apelou Isaura Nyusi.

Depois de três dias de visita à província de Inhambane, a Primeira-dama disse ter ficado satisfeita e com a sensação de que homens, mulheres e jovens organizados em associações, estão comprometidos com o combate à pobreza, gerando renda e emprego através do desenvolvimento de várias actividades, como a olaria, cor-

te e costura e outras.

Segundo a esposa do Presidente da República, acções como estas são relevantes na medida em que vão de acordo com os desafios actuais do Governo, dentre os quais, a promoção da igualdade e equidade de género em diversas áreas de desenvolvimento económico, social, político e cultural, bem como na criação de emprego através do empreendedorismo.

No informe apresentado à

Primeira-dama, consta que Inhambane registou, este ano, o ingresso de 479.420 alunos nos diversos níveis de ensino, dos quais, 250.403 mulheres.

O documento aponta que funcionam, nesta província, pouco mais de mil centros de alfabetização e educação de adultos, que assistem mais de 20 mil pessoas, sendo 17.583 mulheres.

Em relação à mulher na liderança e nos órgãos de tomada de decisão, destacou-se que

do total de 2.155 lugares existentes na província, a mulher ocupa 576 contra 1.579 ocupados por homens, o correspondente a 26,7 por cento de participação desta.

Ainda de acordo com o informe apresentado a Isaura Nyusi, Inhambane conta com mais de 16 mil trabalhadores no sector formal, sendo 3.547 mulheres e 12.648 homens. No sector informal estão contabilizados 1.952 trabalhadores, sendo 534 mulheres e 1.418 homens.



CORRER RISCO DE VIDA PARA ENTREGAR OURO A BANDIDOS

– Este é o cenário vivido pelos garimpeiros na mina de Ravia, em Meluco



Na mina de Ravia, há 20 quilómetros da vila-sede do distrito Meluco, na província de Cabo Delgado, vivem mais de dois mil cidadãos moçambicanos, tanzanianos, congolezes, somalis, entre outras nacionalidades, que mineram, negociam, vendem, compram e confeccionam alimentos.

As noites caem sempre em conflitos passionais, sob efeito de álcool, estupefacientes ou ainda negócios mal feitos. O que lhes identifica é apenas a ansiedade pelo dinheiro, traduzido também em ouro.

Mineram em Ravia moçambicanos das onze províncias que compõem o país. São eles que trabalham duro, correndo risco de vida dentro de grutas a procura de ouro. São eles que escavam, carregam, trituram e enchem os sacos de tal pó ou areia contendo o minério. Chegam a perfurar grutas com mais de 70 metros de profundidade, usando picaretas e pás. Os baldes, atados por cordas fazem um vai e vem trazendo a matéria-prima.

As moçambicanas, por sua vez, fazem um corre-corre vendendo, nas suas casas/bancas feitas de bambu, produtos de primeira necessidade e bebidas várias, cigarros, incluindo água, enquanto isso, outras garantem a alimentação dos garimpeiros.

Cecília Samuel, mãe de três filhos, que não estudam, mesmo estando em idade escolar, vive sob responsabilidade de sua irmã de 20 anos de idade, no distrito de Mueda.

Além de ser da Polícia Comunitária, Cecília Samuel faz serviços de restauração. Confecciona, vende e serve refeições aos trabalhadores da mina. Não é a única. Por mês arrecada entre cinquenta e sessenta mil meticais, sendo dois a três mil meticais diários.

Há muito dinheiro aqui?, perguntamos.

“Sim, há muito dinheiro, basta trabalhar, mas também rouba-se muito. Meu dinheiro anda comigo no corpo; não me deixo tocar por ninguém. Por isso não tenho “homem” aqui.

Mas quer? Questionamos.

“Vim a procura de dinheiro e não

de homens. Nas últimas quatro semanas o negócio parou em consequência do desabamento de duas minas. O dinheiro escasseou muito, por isso o número de agressões subiu muito”, relata Cecília Samuel, que tem o dinheiro guardado nas suas “partes íntimas”, que, por um descuido pode perdê-lo.

Os estrangeiros, sempre fechados em cabanas ou escondidos nas redondezas controlando a acção dos agentes da Lei e Ordem. Eles nunca dão a cara. São os negociadores, vendedores e compradores ao mesmo tempo, por isso, bem nutridos, sempre limpos e descansados. Grande parte deles da cidade de Pemba, onde se hospeda preferencialmente em hotéis de cinco estrelas.

As mulheres, zimbaweanas e tanzanianas, passam o dia dormindo, acordando por volta das quatro ou cinco horas da tarde, bem arranjadas e maquiadas, para se exporem aos garimpeiros, de preferência moçambicanos. Porque não falam português, elas digitam nos seus telemóveis “1000MT ou 500 MT”

e exibem os precários à clientela. O primeiro valor corresponde ao sexo de risco, desprotegido, sem preservativo, e o segundo, seguro e com preservativo.

O conflito surge quase sempre entre moçambicanos, a quem elas prestam serviços. Os nacionais investem para não partilhar, teoria que não se compadece com o negócio de sexo.

“Aqui não há compromissos. Namorou aquela hora, aquele instante, pagou e acabou. Em Ravia tudo é comercial”, explicou Cecília Samuel.

Hermelinda Rachide, chefe da localidade de Ravia, confirmou que há casos de agressão física e de toda ordem.

“Há bandidagem na mina de Ravia. Onde há concentração de pessoas são indubitáveis as agressões físicas, verbais, morais e psicológicas, por causa do consumo de bebidas. Casos de prostituição e consumo de estupefacientes ainda não foram relatados. Mas confirmo que se consome muito álcool”, referiu a fonte.



Falta de água

Embora a mina de Ravia seja um mercado de negócios, falta água para tudo: consumo, limpeza bem como higiene individual e colectiva. Um recipiente de 20 litros custa 50 meticaís, trazida na sede da localidade de Ravia, há 20 quilómetros, ou então, a partir das perfurações de ouro emerge água, ainda que imprópria para o consumo humano, por ser acastanhada, usam-na para o banho e limpeza. Falta-lhes transporte até Me-

luco-sede. Até aqui vai-se de motorizada, que carrega entre quatro e seis passageiros ao preço que varia de 350 a 400 meticaís.

Falta, também, um posto de saúde ou de primeiros socorros. Diz-se que em Ravia ainda não morreu nem acidentou nenhum garimpeiro. Em outras minas já se reportou mortes, mas a mineração não pára um minuto, porque segundo eles "morreu a pessoa e não a mina".



Chefe da localidade de Ravia, Hermelinda Rachide

Degradação do meio ambiente

O garimpo traz a degradação do meio ambiente, como reconhece Ezequiel Riquiano, ido de Nampula, para assumir a presidência da Mina.

"A área foi cedida, exclusivamente para a exploração mineira. Nela não falta o abate das árvores à volta. O local, que é também nefasto em todos os sentidos e não permite a presença de crianças. As que existem são bebés de colo", explicou Riquiano.

Ezequiel Riquiano é dos poucos escolarizados. Responde por todos, incluindo pelo presidente da associação dos garimpeiros de Ravia. Vive com a esposa, também ida de Nampula. Todo o negócio é a ele comunicado e recebe por cada perfuração uma quantidade de sacos de matéria-prima, para o seu sustento. Não se arrepende de ter deixado Nampula, aliás "em terra de cegos, quem tem olho é rei".



Diariamente, escalam a mina de Ravia mais de 100 pessoas, entre os que procuram trabalho e visitantes, depois de bem revistados numa cancela concebida para o efeito. A entrada de viaturas e motorizadas é condicionada ao pagamento de taxas de 100 meticaís e de 50 meticaís, respectivamente. Os valores colectados são empregues na compra de água.

Benefícios da mineração

Embora o garimpo desassocie os jovens de Ravia da prática agrícola e de outras actividades, este melhora suas as condições de

vida, construindo casas melhoradas, adquirindo meios de transporte como viaturas e motorizadas. Melhoram, também, a dieta alimentar, enfim,

melhora o estilo de vida da população.

"A mina assegura a sobrevivência dos jovens desempregados, entretanto, ainda não têm a licença mineira. Por isso que não se cobra impostos, porque a autorização só se efectivou em Junho último", anota Hermelinda Rachide, chefe da localidade de Ravia. A localidade de Ravia situa-se no interior do Parque Nacional das Quirimbas. Ainda assim, o conflito homem-fauna bravia pertence ao passado.

Embora tenha furos de água suficientes para a comunidade, a localidade de Ravia, tem

apenas um posto de saúde, daí a ocorrência de partos fora da maternidade porque as parturientes devem percorrer mais de 34 quilómetros para a sede da localidade. Todavia, existem casas de mãe-espéra, para apoiar as parturientes.

Na localidade existe a Associação Unida de Ravia, com 27 membros, que explora uma área de 36,4 hectares nas imediações do Monte Naio. Desde 2015, altura em que oficialmente começa a mineração de ouro, Rachide diz ter arrecadado 80 mil meticaís, valor usado na compra de ferramentas de trabalho.



Para reforçar fiscalização

FUNCIONÁRIOS DA AT COM FORMAÇÃO PARAMILITAR



Todos os funcionários da Autoridade Tributária (AT), sobretudo os afectos a áreas de cobrança de impostos e fiscalização, cuja admissão e enquadramento não necessitam de formação militar, passam a receber treinos paramilitares, uma medida que visa tornar o sistema tributário uno e integrado.

Neste contexto, encerrou, recentemente, no Centro de Instrução Paramilitar da Autoridade Tributária de Moçambique, em Boane, província de Maputo, o primeiro curso de treinamento paramilitar dos funcionários de áreas não paramilitares da AT.

Envolvendo 90 funcionários, o encerramento foi dirigido pela Presidente da Autoridade Tributária, Amélia Nakhare, que considerou o primeiro curso de instrução básica militar dos funcionários da AT um marco na história da instituição rumo ao alcance da visão de um sistema tributário uno e integrado.

"Quando iniciamos esta caminhada rumo à unificação da Autoridade Tributária não tínhamos a imagem dos desafios que se colocariam a nossa frente, contudo, não poderíamos ficar impávidos e serenos perante a triste realidade de uma instituição separada por muralhas, encobrindo atrás de si uma imensidão de lamúrias e lamentações de muitos funcionários que questionavam, sem resposta, o real significado do termo unificação da Direcção Nacional de Impostos e da

Direcção Nacional das Alfândegas, à luz da Lei 1/2006 de 22 de Março, com a criação da Autoridade Tributária de Moçambique, quando se encontravam perante duas instituições dissimuladas em uma, tendo, cada, a sua visão e diferentes estratégias", referiu a dirigente, defendendo que tornou-se imperioso confirmar, através de acções, o que foi estabelecido no cômputo legal sobre a necessidade de se criar uma Autoridade Tributária com uma visão holística e integrada, onde todos os funcionários gozam de espaço privilegiado para expandir os seus saberes sem limitações, para libertar as suas habilidades intelectuais sem barreiras, em prol de uma maior eficiência do sistema tributário nacional.

Pouco antes de declarar encerrado o curso, que envolveu funcionários de nível de gestores seniores e técnicos provenientes de todo o país, Amélia Nakhare exortou os formandos a empregarem as novas técnicas na defesa dos interesses dos moçambicanos, no que tange à colecta de receitas, tendo em vista auto-alimentar a agenda nacional de desenvolvimento.

O director-geral adjunto das Alfândegas, Paulino Dalas, que também participou no evento, saudou a realização da formação, destacando que, "chegamos a este momento depois de muitos desafios. Houve muitas dificuldades e muitas críticas. Mas porque sabemos que quando não há dificuldades não há heróis, continuamos", afirmou Dalas, destacando a importância

daquele treinamento para a instituição. Segundo o dirigente, a preparação física e mental dos funcionários irá permitir uma maior capacidade de fiscalização.

Falando em representação dos finalistas, Âmido Abdala, referiu que a formação permitiu que os instruídos se tornassem homens prontos, flexíveis, eficazes, coesos e, acima de tudo, com alto sentido patriótico.

"Estamos cientes dos desafios da instituição, que são de ano para ano tendencialmente crescentes. Daí que assumimos e renovamos o nosso compromisso de tudo fazer para alavancar os níveis de arrecadação de receitas e combater, com vigor, qualquer tentativa de fraude e evasão fiscal", lê-se na mensagem dos finalistas.

Durante a cerimónia de encerramento, que contou com a presença de representantes do Comando-Geral da Polícia da República de Moçambique, Serviços de Informação e Segurança do Estado e do Chefe do Estado-Maior do Exército, os finalistas exibiram as habilidades que adquiriram através das demonstrações de montagem e desmontagem de armas, tiro e preparação física.

Ainda no decurso da cerimónia, a Presidente da AT premiou os finalistas que se destacaram em algumas disciplinas, nomeadamente, ordem unida, preparação física, armamento e tiro.